



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

30ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional - CTN

Data: 02 de setembro de 2025

Local: sala 824, 8º andar - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Presidência: Marçal Fortes Cavalcanti – Anamma

MEMBROS DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA

- Anna Flávia de Senna Franco – Secretária-Executiva Adjunta

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama

- Rodrigo Antônio Agostinho de Mendonça – Presidente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

- Marcelo Marcelino – Diretor

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema

- Mauren Lazzaretti – Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT)
- Ísis Rafaela Rodrigues da Silva – Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba (SEMAS/PB)
- Pedro Carvalho Chagas – Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Maranhão (SEMAS/MA)
- Eduardo Costa Taveira – Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA/AM) – participação remota
- Thomaz Toledo – Presidente da CETESB/SP – participação remota

Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma

- Marçal Cavalcanti – Presidente
- Pedro Henrique Lobo – Coordenador Financeiro

CONVIDADOS

Órgãos e dirigentes do MMA

- Adalberto Maluf – Secretário de Qualidade Ambiental (SQA/MMA)
- Ariel Cecílio Garcez Pares – Diretor do Departamento de Gestão Estratégica (DGE/SECEX/MMA)
- Humberto Luciano Schlogel – Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e de Cooperação Internacional (AECI/MMA)
- Mariana Nascimento – Departamento de Gestão de Resíduos (DGR/SQA/MMA)
- Ricardo Haponiuk – Consultor (DEA/MMA)
- Elias Begnini – DGE/MMA

Autarquias vinculadas ao MMA

- Cláudia Barros – Diretora da DILIC/Ibama
- Heitor Castro – Assessor da DILIC/Ibama
- Fernanda Campos – Ouvidoria (Ibama)
- Henrique Veiga – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- Clarisse Cruz – Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA)

Órgãos de controle e advocacia pública

- Luciene Lucas – AFFC/CGU
- André Almeida – Auditor (CGU)
- Gustavo Chaves – CGU



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

- Maria de Lima – CGU
- Teresa Villar – Advocacia-Geral da União (AGU)

Representantes estaduais e municipais

- Marcelo Camardelli – Assessor (SEMA/RS)
- Joelson Graça – SEMA/AM
- Laiana Linhares – SEMA/MA
- Joelson Caco Pereira da Graça – SEMA/MA
- Evandro Müller – SEMA/MT
- Alan Fontes – Secretário de Meio Ambiente do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE
- Magna Helena de Almeida – Secretária-Executiva da Abema
- Jacinta Silva – Abema
- Mário Mantovani – Anamma
- Marcelo Manara – Anamma
- Arthur Covatt – DEEP/Anamma
- Gabriel Coutinho – Anamma
- Gilson Lourenço Jr. – Anamma
- Alder Flores – Anamma

Instituições de pesquisa e parceiros técnicos

- Gesmar Rosa – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Júlia Benfca Senra – IPEA
- Cláudia Salema – IPEA
- Renato Paquet – Polen

Equipe DSisnama

- Marcela Moraes – Diretora
- Maria Mônica Guedes de Moraes – Coordenadora-Geral
- Marco Aurélio Belmont – Analista Ambiental
- Pablo Villanueva – Analista Ambiental
- Henrique Gebrim – Agente Administrativo

PAUTA

- 1) Recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU sobre Transparência de Informações do Licenciamento Ambiental - Apresentação do Relatório de Avaliação da CGU sobre a atuação da Agência Nacional de Mineração - ANM e suas interfaces com a gestão ambiental, com exposição dos principais achados e recomendações. Ênfase para as orientações voltadas ao aprimoramento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA e à elaboração de propostas de resoluções a serem submetidas ao Conama, estabelecendo requisitos mínimos para a transparência ativa das informações de licenciamento ambiental;
- 2) Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Vetos, novo projeto de lei e medida provisória - Análise dos impactos da Lei nº 15.190/2025, que institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, sobre o Sisnama, incluindo os vetos presidenciais, o novo projeto de lei e a Medida Provisória nº 1.308/2025. Discussão sobre o diálogo entre os entes federativos e o



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Congresso Nacional para garantir a integridade e a efetividade da política de licenciamento ambiental do país.

3) Informes

DEBATES

Abertura da Reunião

Marçal Cavalcanti (Anamma) – O Presidente da ANAMMA abriu a reunião cumprimentando os participantes e submetendo à apreciação a ata da 29ª Reunião da CTN, aprovada sem ressalvas. Em seguida, deu início aos trabalhos da 30ª Reunião, apresentando a pauta e o primeiro item, conduzido por Gustavo Chaves (CGU), sobre as recomendações da CGU relativas à transparência no licenciamento ambiental e ao aprimoramento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA).

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) – Saudou os participantes em nome do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ressaltou a importância dos temas em pauta.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Contextualizou a auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e suas implicações para o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), destacando sua relevância para o aperfeiçoamento da gestão e da transparência no âmbito do sistema.

1) **Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre Transparência de Informações do Licenciamento Ambiental**

Apresentação do Relatório de Avaliação da CGU sobre a atuação da Agência Nacional de Mineração - ANM e suas interfaces com a gestão ambiental.

Gustavo Chaves (CGU) – Agradeceu o convite e destacou a relevância de compartilhar com os órgãos do Sisnama os resultados da auditoria conduzida pela CGU, que avaliou os processos de concessão de direitos de mineração e a qualidade dos dados e informações ambientais correlatas.

O objetivo foi avaliar a atuação da ANM e sua interação com os órgãos ambientais, visando garantir a responsabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos minerários. Explicou o caráter cooperativo do trabalho, conduzido em diálogo com ANM, Ibama, ICMBio e MMA, e apresentou os principais achados da auditoria:

- Entre 31% e 46% dos processos de licenciamento de mineração apresentaram divergências entre os dados do título minerário e as informações ambientais correlatas;



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

- 57% dos processos não continham limites de produção minerária claramente definidos;
- Falta de monitoramento institucionalizado da validade das licenças ambientais;
- Dificuldade de integração e validação de informações entre a ANM e os órgãos do Sisnama.

Nas **recomendações**, a CGU propôs que o Ibama, em articulação com ANM e MMA, elabore minuta de **Resolução Conama para definir critérios mínimos de transparência e padronização das licenças ambientais voltadas ao setor minerário**. Recomendou ainda que a ANM aperfeiçoe seus sistemas de registro, controle e comunicação de dados, assegurando transparência ativa e a publicação das licenças no PNLA.

Rodrigo Agostinho (Ibama) – Reconheceu a relevância das recomendações e destacou que o licenciamento ambiental de mineração é majoritariamente de competência dos estados, cabendo ao Ibama apenas casos específicos. Ressaltou que a transformação do antigo DNPM em ANM não resultou no fortalecimento institucional esperado, o que gerou sobrecarga aos órgãos ambientais. Defendeu que o tema seja tratado **não apenas por meio de resolução, mas pela qualificação da cooperação entre ANM e os órgãos ambientais**.

Maureen Lazzaretti (SEMA/MT) – Corroborou as observações do Ibama, apontando as dificuldades estruturais e de comunicação com a ANM. Destacou a necessidade de **esclarecer o fluxo e a relação temporal entre os processos minerários e ambientais**, bem como de simplificar procedimentos para minérios de pequeno porte, como o cascalho. Reforçou o interesse dos estados em aperfeiçoar mecanismos de controle e cooperação institucional.

Thomaz Miazaki (CETESB/SP) – Ressaltou que o relatório da CGU tem foco federal e sugeriu que União e órgãos centrais orientem os encaminhamentos a serem dados, de modo a facilitar as contribuições dos entes estaduais e municipais.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Esclareceu que a apresentação da auditoria na CTN visa mobilizar as três esferas federativas na construção conjunta das soluções, especialmente no âmbito do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA), previsto como subsistema do Sinima, conforme estabelece a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Informou que o MMA, por meio da CGTI/SPOA/SECEX, trabalha na ampliação do PNLA para incluir dados municipais.

Destacou ainda que **estão em elaboração duas propostas de Resolução Conama**: uma sobre transparência do licenciamento ambiental e outra sobre conteúdo das licenças de atividades minerárias, esta última com escopo em discussão. Informou que o MMA agendará reunião com Abema, Anamma, Ibama, ANM e CGU para discutir as propostas antes do encaminhamento ao Plenário do Conama.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Cláudia Barros (DILIC/Ibama) – Parabenizou o trabalho da CGU e enfatizou a importância de uma regulação clara e objetiva para o setor minerário, alinhada à realidade nacional.

2) **Lei Geral do Licenciamento Ambiental**

Discussão sobre o diálogo entre os entes federativos e o Congresso Nacional para garantir a integridade e a efetividade da política de licenciamento ambiental do país.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Contextualizou os vetos presidenciais à Lei nº 15.190/2025, destacando que os membros da CTN possuem percepções diversas sobre o tema, o que reforça o papel da Comissão como espaço de diálogo federativo. Ressaltou que o debate plural pode enriquecer a análise dos vetos e contribuir para um processo legislativo mais consistente no Congresso Nacional.

Rodrigo Agostinho (Ibama) – Relatou seu histórico de acompanhamento da tramitação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, reconhecendo os desafios estruturais enfrentados pelos estados e pelo Ibama na condução do licenciamento. Mencionou a necessidade de atualização de dispositivos normativos e de revisão de resoluções do Conama sobre o tema. Sugeriu que a CTN **institua um Grupo de Trabalho (GT) para discutir de forma continuada a regulamentação da nova lei**, informando que o Ibama já possui proposta preliminar de regulamentação do licenciamento federal.

Maureen Lazzaretti (SEMA/MT) – Concordou com a proposta de criação do GT e destacou a importância de trabalhar o tema de maneira sistemática e segmentada, analisando os assuntos abordados na nova lei por eixos temáticos. Reforçou a necessidade de preservar a segurança jurídica e evitar conflitos de competência e disfunções operacionais no processo de licenciamento.

Thomaz Miazaki (CETESB/SP) – Ressaltou as tentativas da Abema de dialogar sobre os vetos e a dificuldade de articulação com os órgãos federais. Enfatizou a importância do Grupo de Trabalho proposto para promover o diálogo e discutir os vetos de forma estruturada. Informou que a CETESB já realiza esforços para adequação às novas exigências legais e sugeriu a elaboração de um “estoque regulatório” que identifique as medidas necessárias para a adaptação dos órgãos ambientais à nova legislação.

Marçal Cavalcanti (Anamma) – Agradeceu as contribuições e defendeu a constituição de um grupo de trabalho abrangente, envolvendo órgãos ambientais e outras áreas temáticas correlatas, de modo a assegurar uma abordagem intersetorial e colaborativa.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Anna Flávia de Senna Franco (SECEX/MMA) – Reforçou a importância da regulação para a efetividade do licenciamento ambiental e da nova lei, destacando a necessidade de padronização dos procedimentos municipais.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Informou que o MMA adotará as medidas necessárias para a constituição do GT, e que, nos próximos dias, será encaminhado ofício solicitando a indicação de representantes para participação no grupo

3) Informes

a) Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima)

Apresentação da iniciativa do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica - DGE/MMA e consulta aos entes federativos sobre suas bases de dados, Ariel Pares - DGE/SECEX/MMA.

Ariel Pares (DGE/SECEX/MMA) – Resgatou o histórico de constituição do Sisnama e os objetivos centrais de criação do Sinima, apresentando os instrumentos normativos que o amparam e destacando seu papel como ferramenta estratégica de fortalecimento do Sisnama. Descreveu as características constitutivas e funcionais do sistema e refletiu sobre os desafios do setor ambiental diante das transformações recentes nos sistemas produtivos e tecnológicos, ressaltando a importância da colaboração entre os entes federativos.

Informou que o MMA tem priorizado, na definição das diretrizes gerais do Sinima, princípios como simplicidade de acesso, alinhamento metodológico internacional, integração conceitual entre os entes do Sisnama e do Sinima, fortalecimento de iniciativas descentralizadas e a estruturação de uma governança de dados ambientais. Apresentou a concepção inicial do sistema, elaborada pelo DGE, como um portal temático no site do MMA, composto por módulos integrados, e expôs o cronograma de atividades, com destaque para a oficina de indicadores prevista para outubro de 2025. Manifestou a intenção de contar com a colaboração dos estados na identificação e compartilhamento de bases de dados ambientais que possam ser migradas para o Sinima, bem como na definição de pontos de cooperação entre União, estados e municípios.

Cláudia Barros (DILIC/Ibama) – Compartilhou a experiência do Ibama na gestão de informações ambientais, mencionando sistemas atualmente utilizados, como o Pangia e o SisBia, e ressaltou os desafios relacionados à curadoria e padronização de dados, especialmente quanto à identificação do que já está disponível e do que ainda precisa ser integrado.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Informou sobre as ações do DSisnama voltadas ao fortalecimento da governança ambiental, destacando a colaboração com o DGE para o Sinima,



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

com o Ipea para o diagnóstico do Sisnama e com o Departamento de Educação Ambiental para o Programa Nacional de Capacitação (PNC), iniciativas que contribuem para consolidar o Sisnama como um sistema efetivo de integração federativa na gestão ambiental.

Thomaz Miazaki (CETESB/SP) – Relatou a experiência do Estado de São Paulo na organização e governança de dados ambientais, informando a criação de um departamento específico para essa finalidade. Diante da complexidade do tema, sugeriu a elaboração de um mapa de atividades e medidas prioritárias para orientar o processo de estruturação do Sinima no âmbito federal.

b) GT de Logística Reversa da Comissão Tripartite Nacional

Apresentação dos resultados do grupo de trabalho da CTN.

Mariana Nascimento (DGR/SQA/MMA) – Apresentou os resultados do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da Comissão Tripartite Nacional, coordenado pela Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, com participação de representantes de estados e municípios. Fez um resgate dos objetivos, histórico e avanços do GT, destacando o esforço conjunto para harmonizar a logística reversa nos âmbitos nacional, estadual e municipal e para integrar o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) em um sistema unificado e adaptável às realidades regionais.

Informou que o GT aprovou minuta de **Resolução Conama sobre fiscalização da logística reversa**, que será submetida aos secretários estaduais de meio ambiente e à Anamma antes do envio ao Conama. Por fim, comunicou que a SQA/MMA está elaborando Portaria para instituir o Sistema Nacional de Logística Reversa (SISREV-BR), a ser discutida com os mesmos representantes do GT/CTN de Resíduos Sólidos, visando integrar os sistemas estaduais ao sistema nacional.

c) Apresentação sobre Tecnologia e inovação para a Gestão Ambiental Municipal

Alan Fontes - Secretário do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE (Anamma) - Apresentou o trabalho desenvolvido à frente da Diretoria de Inovação Tecnológica da Anamma, destacando os desafios da execução municipal das políticas ambientais (como mudanças climáticas, poluição, perda de biodiversidade e escassez de recursos naturais). Ressaltou a importância da cooperação intergovernamental e das parcerias entre poder público, setor privado e sociedade civil para o desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Apresentou a ferramenta tecnológica integrada implementada em Nossa Senhora do Socorro (SE) e em outros municípios, voltada à disponibilização de dados e serviços ambientais on-line. Descreveu suas principais funcionalidades, como controle de tramitação de processos,



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

monitoramento de prazos e módulo financeiro para acompanhamento da arrecadação municipal, destacando os ganhos de eficiência e produtividade decorrentes da adoção do sistema.

Marçal Cavalcante (Anamma) – Ressaltou a importância da plataforma na gestão pública do Município de Pilar/AL.

Marcelo Manara (Sec. Municipal de São José dos Campos) - Destacou a importância do sistema apresentado por Alan Fontes e relata a experiência de gestão ambiental de São José dos Campos com a adoção do sistema.

d) Sistema de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) das Cidades Brasileiras

Arthur Covatti (DEEP/Anamma) – Apresentou o Sistema de Emissões de GEE das Cidades Brasileiras, iniciativa voltada a fortalecer a capacidade institucional dos municípios na agenda climática. Explicou que o projeto busca mapear 100% das emissões municipais, com base em dados vinculados à CNAE, permitindo análises por setor produtivo e por território.

Destacou a parceria entre a DEEP e a Anamma na construção da plataforma, ressaltando as vantagens da ferramenta em relação aos sistemas existentes (SIRENE/MCTI e SEEG) e as lacunas de capacitação dos gestores públicos no tema de emissões. Apontou como objetivo principal engajar o setor produtivo na transição para uma economia de baixo carbono e atrair investimentos sustentáveis. Informou ainda a intenção de apresentar os resultados na COP 30 e detalhou as soluções propostas para viabilização e financiamento do projeto.

Marcelo Manara (Secretário Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos/SP) – Relatou a experiência de São José dos Campos com o Inventário de Emissões de GEE 2024, destacando as ações implementadas para tornar o município carbono neutro, como a exigência de neutralidade de carbono em novas obras. Enfatizou a importância da parceria com a Anamma para ampliar a adesão de outros municípios à iniciativa.

Mário Mantovani (Anamma) – Ressaltou a complexidade do tema das emissões e a relevância da iniciativa para dar transparência aos dados. Observou ainda a disparidade entre os CNAEs ativos e a arrecadação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), reforçando a necessidade de maior integração entre informações econômicas e ambientais.

e) Programa Nacional de Capacitação para Gestores Ambientais (PNC)

Nadja Janke (DEA/MMA) – Apresentou os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Capacitação (PNC), enfatizando a importância do engajamento dos estados e municípios no processo de implementação.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

Ricardo Haponiuk (Consultor – DEA/MMA) – Destacou o contexto atual da gestão ambiental nacional e a relevância do PNC como instrumento estratégico de fortalecimento do Sisnama. Explicou os principais temas e produtos envolvidos na reformulação do programa, ressaltando que a nova abordagem busca considerar a diversidade e as especificidades dos municípios brasileiros. Solicitou o apoio e a participação ativa dos secretários estaduais e municipais nas próximas etapas do processo.

Cláudia Barros (DILIC/Ibama) – Reforçou a necessidade de alinhar os temas do PNC às políticas públicas vigentes, de modo a garantir coerência e identidade entre as ações de capacitação e as prioridades governamentais.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA) – Endossou as mensagens apresentadas pelo DEA/MMA, ressaltando o papel da CTN como instância de acompanhamento e apoio às iniciativas de fortalecimento institucional. Informou que a consulta nacional aos municípios obteve 1.578 respostas sobre demandas de capacitação.

f) Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Gustavo Lopes Silveira (Secretaria Nacional de Bioeconomia/MMA) – Apresentou panorama geral da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), instituída pela Lei nº 14.119/2021, abordando sua estrutura institucional e o processo de construção da base regulamentar, atualmente em desenvolvimento pela Coordenação-Geral de Pagamentos por Serviços Ambientais, vinculada ao Departamento de Estímulos à Bioeconomia da Secretaria Nacional de Bioeconomia do MMA.

Destacou a importância estratégica da PNPSA e seus principais avanços, relatando a consulta pública sobre a regulamentação da política, realizada entre 6 de junho e 20 de julho de 2025, que recebeu mais de 800 contribuições. Apresentou os principais resultados e pontos debatidos e informou os próximos passos do processo de regulamentação, reforçando o papel participativo da sociedade e dos entes federativos.

Encerramento

Marçal Cavalcanti (Anamma) – Agradeceu a participação dos membros da Comissão Tripartite Nacional, com destaque à equipe do DSisnama/MMA, pelo trabalho de coordenação e apoio às atividades. Reiterou o agradecimento ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pela parceria e compromisso com a agenda ambiental e convocou a próxima reunião da CTN para o dia 2 de dezembro de 2025, declarando encerrada a sessão.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama

ENCAMINHAMENTOS

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

- a) Realizar reunião técnica sobre as recomendações da CGU relativas à auditoria sobre o processo de mineração (DSisnama);
- b) Encaminhar ofício aos membros da CTN solicitando a indicação de representantes para compor o Grupo de Trabalho sobre os vetos presidenciais e a regulamentação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (DSisnama).